

aqui, Sr. Presidente, que o senhor infelizmente estava ausente, e nós tivemos duas medalhas para figuras importantes, dois reconhecimentos para figuras importantes como a Ludmilla, como o Emicida, até de minha autoria, que foram completamente ignoradas, e, claro, aceitamos o Deputado ou a Deputada votar contra. Essa não é a questão. A questão é que houve, sim, uma tentativa de inviabilizar que essas pessoas recebessem uma comenda tão importante reconhecendo o seu trabalho. O trabalho de Ludmilla e Emicida contra o racismo, contra a LGBTfobia, em defesa das mulheres, em defesa da população de favelas e periferias.

E hoje, Sr. Presidente, chegamos aqui com essa homenagem, passados todos os anos de ditadura militar, e até hoje não temos evidentemente responsabilizados aqueles que torturaram, aqueles que mataram, aqueles que ocultaram corpos. Até hoje o Estado Brasileiro não responsabilizou e esta Casa aqui que é uma Casa de Leis, que é uma Casa que deve prezar pela democracia, que deve prezar por uma lógica republicana de trabalho, a meu ver, presta um desserviço ao tentar homenagear um espaço que foi palco das maiores barbáries que o Brasil já tem como sua história.

Sr. Presidente, eu gostaria de ler a nota de repúdio apresentada pelo Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação:

(Lendo)

"O Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação repudia veementemente o Projeto de Resolução 932 de 2021, que busca conceder o Prêmio Construtor da Paz da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ao 1º Batalhão de Polícia do Exército que entrou para pauta de discussão da Casa Legislativa desta semana. Localizada na Rua Barão de Mesquita, 425, o local serviu durante a ditadura militar de 1964 a 1985 como sede do destacamento de operações de informações do Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, do 1º Exército.

O DOI-CODI foi palco de gravíssimas violações aos direitos humanos tais como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Dentre os crimes cometidos por agente de Estado do DOI-CODI estão assassinatos sob tortura de Rubens Paiva (ex-Deputado Federal) e o desaparecimento forçado de Mário Alves.

A utilização do espaço para prática de crimes contra a humanidade é largamente comprovada por centenas de testemunhas, não apenas de vítimas e familiares, mas também de agentes de Estado que reconhecem que o local teve essa funcionalidade durante a década de 1970. O Major do Corpo de Bombeiros Walter Jacarandá, por exemplo, em audiência pública realizada na própria Assembleia Legislativa, acerca do caso de Mário Alves, confirmou em depoimento à Comissão Estadual de Verdade que no local havia prática de tortura com uso de instrumentos como pau-de-arara e choque elétrico.

As graves violações aos direitos humanos cometidos no local foram amplamente atestadas pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro a partir desse conjunto de depoimentos e de outras provas documentais.

Diversos casos de assassinatos ocorridos no local são objeto de ações movidas pelo próprio Ministério Público Federal. É de se ressaltar que em 2013 o Ministério Público Federal apresentou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, um pedido de tombamento do prédio. De acordo com a MPF, tal medida busca combater o negacionismo e o silenciamento e fomentar uma consciência crítica sobre as graves violações aos direitos humanos tendo em vista a busca de garantia da não repetição dessas violências.

Em 2014, uma estátua em homenagem a Rubens Paiva, foi inaugurada na Praça em frente ao Batalhão. É importante dizer que esse conjunto de medidas atestam que é de largo conhecimento da sociedade e do poder público que aquele foi um espaço que serviu para fomentar a violência, o ódio, o horror e a tortura, tudo, menos paz.

Neste sentido, caso aprove essa homenagem, a Alerj se posicionará de uma forma contrária à consciência cidadã que busca construir caminhos para efetiva e duradoura paz que só pode existir diante do reconhecimento e da memória social, da garantia da justiça e da reparação, da interrupção e não repetição das sistemáticas violações de direitos humanos."

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023.

Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação - Ditadura nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Obrigado, Deputada Renata Souza. Antes de passar para questão de ordem da Deputada Dani Monteiro, eu queria pedir a compreensão dos nobres parlamentares, inclusive em especial aos inscritos para discussão. Como fomos suscitados com uma questão de ordem da Deputada Elika Takimoto, diga-se de passagem, até muito bem provocada e fundamentada, eu queria sugerir - não tirando aqui o direito da palavra e manifestação de todos vocês no tocante ao mérito do projeto - sua retirada de pauta. Uma vez que já está emendado, temos que encaminhar para a comissão temática e, em segundo, junto à Mesa Diretora, deliberar sobre a questão de ordem de V.Exa. e trazer o projeto, ou não, uma vez discutida a questão de ordem - e outras poderão acontecer internamente - para nós deliberarmos internamente e trazer, porque, senão, vamos tomar grande parte da sessão aqui numa coisa que já está superada. Como aprendemos no Direito, o acessório acompanha o principal. Então, como já foi fruto de emenda e, também, de uma questão de ordem muito bem fundamentada pela Deputada Elika Takimoto, quero pedir a compreensão dos nobres colegas para podermos retirar e discutir em outra oportunidade, uma vez ouvindo a Comissão temática e a Mesa Diretora no tocante à questão de ordem.

Deputado Luiz Paulo.

Sem problema.

Deputada Dani Balbi, ainda assim quer falar?

A SRA. DANI BALBI - Boa tarde, Deputados, boa tarde, Presidente. Eu quero somente fazer uma chamada, nesta Casa Legislativa, de alguns nomes: Gerson Teodoro de Oliveira; Maurício Guilherme da Silveira; Carlos Alberto Soares de Freitas; Celso Gilberto de Oliveira; Davi Capistrano da Costa; Marcelo Rubens Paiva; Stuard Edgard Engel Jones; Mário Alves de Souza Vieira; Marilene Vilas Boas Pinto; Isis Dias de Oliveira; Lincoln Bicalho Roque; Lurdes Maria Vanderlei Pontes; Lincoln Cordeiro Este; José Mendes Sá Roriz; Lourenço Camelo de Mesquita; Ranúzia Alves Rodrigues, dentre os 48 desaparecidos e assassinados na sede do 1º Batalhão de Polícia Militar daqui da Cidade do Rio de Janeiro, o antigo DOI-CODI. Esta Casa, a Casa em que se fazem as leis por designação da vontade máxima da população, que é a expressão da conquista da democracia, em nome desses mortos, não pode jamais avançar na concessão de um prêmio desse, que é manchar a nossa tradição democrática recente, que significa um ultraje à memória daquelas e daqueles desaparecidos que lutaram pelo restabelecimento dessa democracia e que trouxeram novamente o povo ao Parlamento. Faço este apelo às nobres e aos nobres Deputados.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Eu que agradeço, Deputada Dani Balbi.

Deputado Rodrigo Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Presidente, levo em consideração, por óbvio, o encaminhamento de V.Exa., uma vez que houve não só uma questão de ordem, mas também as Emendas sobre as quais vou falar. O Projeto está retirado de pauta, por óbvio, mas seria o caso de nem fazer uso da palavra para dar celeridade aos trabalhos, mas, no entanto, eu fui citado diversas vezes, ouvi uma gama de sanções aqui hoje e sou obrigado a refutá-las.

Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma discussão muito breve sobre a questão do mérito do assunto que a Deputada que me antecedeu narrou, uma série de personagens supostamente vitimadas em ações durante o período dos governos militares no Brasil. Entretanto, não causa espície que a Deputada seletivamente ignore, dentre as vítimas, o soldado Mário Kozel Filho. Por que, Deputada? A memória desse homem não merece a atenção de V.Exa.? A memória desse homem não merece o cuidado daqueles que defendem os direitos humanos ou ele não era humano?

Parece-me, Sr. Presidente, que estamos claramente aqui diante da fobia à farda, que esse partido insiste em ter.

O local ao qual proponho a homenagem, uma unidade em funcionamento - talvez a principal unidade em funcionamento - do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro foi atacada porque foi um cenário disso ou daquilo.

Faço uma menção à Deputada que diz ser da Maré, cria da Maré. Faço a memória: um avô estava com uma criança, sua neta, no colo, que foi atropelada por vagabundos do tráfico, que eles defendem, e isso também não é objeto de atenção, cuidado, zelo do parlamento, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania ou seja lá de quem.

A indignação é seletiva sempre e causa revolta neles sempre que o personagem envolvido nessa indignação veste farda, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das Guardas Municipais e, principalmente, da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Se algum militar é sujeito, objeto de homenagem nesta Casa, é atacado, ou recebe a abstenção ou voto negativo deles.

O Exército Brasileiro não merece atenção de V.Exas.? E as ações humanitárias que o Exército Brasileiro faz Brasil a fora, tudo o que Exército faz pelas populações ribeirinhas, no Amazonas, em todos os cantões desse Brasil?

Esse Batalhão de Polícia do Exército, o Batalhão Marechal Zenóbio da Costa, funciona num prédio histórico, no coração do Rio de Janeiro, no Bairro da Tijuca, onde moro, e por ano tira das favelas e da marginalidade milhares e milhares de jovens, capacitando-os, fazendo a interlocução com as empresas de segurança, com o mercado de trabalho, dando o ensinamento profissionalizante, emancipador para esses jovens. Isso não faz jus a uma homenagem ou um aplauso nosso?

Tudo o que trabalho que esse batalhão fez, participando de todas as missões de paz da ONU mundo a ora também não faz jus a qualquer homenagem? Resolvem sempre encerrar a questão única e exclusivamente pelo ponto de vista ideológico.

Lembro que é esse mesmo grupelho, Sr. Presidente, que tem como líder aquele que se deixa fotografar ao lado dos piores traficantes de drogas do Rio de Janeiro. Faço um desafio, Deputado: fale aqui sobre esse episódio. O que os senhores têm a dizer quando o líder partidário de vocês, uma referência para vocês, se deixa fotografar do lado de traficante que dizima famílias, que acaba com famílias e marginaliza populações com o tráfico de drogas? Ninguém fala nada! Que amor é esse pelo crime, pelo tráfico, pela bandidagem? É bandidolatria. Que fobia é essa de farda? Que angústia que os senhores e senhoras têm por ver um policial, um militar consagrado, homenageado? Onde vamos parar com isso? A defesas dos direitos humanos não pode ser seletiva, pelo amor de Deus!

Mantenho, obviamente, a homenagem e termino, Sr. Presidente, chamando todos os colegas Deputados e Deputadas desta Casa. O que aconteceu aqui hoje, primeiramente, é uma mentira, mais uma dentre as que eles falam sempre: não houve acordo ou tentativa de acordo porque a Deputada que liderava esse partido se dirigiu ao líder do Governo, meu colega, o Deputado Dr. Serginho, vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Ora, fazer um acordo de procedimento com um único Deputado, líder do Governo, é ignorar os partidos desta Casa e as representações, e falo especialmente do meu bloco partidário, que tem 12 Deputados mais um em sua bancada.

Esse acordo foi fruto de uma revolta, de um chororô, de uma histeria deles quando tomaram uma surra - falo de novo: tomaram uma surra -, neste plenário. Foi para votação aberta, perderam as duas vezes e perderão, porque esse Projeto, seja na forma dessa homenagem proposta por mim - o Prêmio Construtor da Paz -, seja sob a forma de uma Medalha Tiradentes, será aprovado - eu os desafio - pela maioria dos Deputados de bem, que não têm fobia da farda.

Quero que fique claro para todo e qualquer Deputado nesta Casa: o que aconteceu hoje nesta tarde é um precedente gravíssimo. O PSOL, sempre ele, descumpra acordo. O próprio Presidente Ceciliano, uma vez na Presidência, disse ao Deputado que emendou: "O senhor está fazendo isso tudo aí e depois vai chorar". É a mania que eles têm. É mimimi. São chorões mesmo, covardes, desleais. Não cumprem acordo...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Presidente, o Deputado está nos atacando...

O SR. RODRIGO AMORIM - Presidente, está interrompendo a minha fala, pelo amor de Deus! Vocês não defendem direitos humanos? Então, defendam a prerrogativa de um parlamentar de fazer uso da palavra, Deputado. V. Exa. já falou o que bem entendeu...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Deputado Amorim, eu concedi a palavra democraticamente a todo mundo do outro lado...

O SR. RODRIGO AMORIM - Que história é essa? Que história é essa?

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - ...e do lado de cá. E ele é o autor. Eu ainda não havia concedido, Serafini. Mas, por favor, conclua, Amorim.

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, fica muito claro, Presidente: é uma aberração jurídica o que está acontecendo aqui. Óbvio que tem previsão regimental, mas é uma covardia. Qualquer um aqui pode querer prestar, muito em breve, uma homenagem, o que é missão precípua, prerrogativa do mandato, conquistado nas urnas, e verão que eles não entendem o que é democracia. Democracia é isso: ideias diferentes, representação popular. Só que a democracia só serve quando vocês concordam; quando vocês discordam, não é mais democracia, é ditadura...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Deputado Amorim, por favor, conclua.

O SR. RODRIGO AMORIM - Presidente, eles emendaram uma proposta de resolução de uma homenagem, trocando o home-nageado. Deputado Poubel, V.Exa. vai homenagear alguém... Não é a primeira vez que eles fazem isso: apresentam uma emenda, veja bem, trocando o homenageado. Olha a gravidade disso e, depois, vão chorar, como fazem sempre. É hábito de V.Exa., chorar, chorar, como foi dito pelo Presidente Ceciliano: "Chorão".

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Não vocifera, não vocifera...

O SR. RODRIGO AMORIM - O Presidente falou...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Conclua, Deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - O Presidente Ceciliano disse que V.Exa. tem o hábito de chorar...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Conclua, Deputado.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Está me agredindo ao microfone, Presidente. Está desesperado...

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu vou querer que a TV Alerj levante essa Sessão...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Está desesperado...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Vou cortar o microfone e vou pular a pauta. Por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu vou encerrar, mas faço um alerta: é muito grave o que aconteceu hoje. Amanhã, V.Exas. podem

ser vítimas dessa manobra, desse ardid, dessa covardia, por parte do PSOL.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Como já acordado entre todos os colegas, estou retirando de pauta. Vamos encaminhar a emenda para a Comissão temática responsável e a questão de ordem da Deputada Elika vai ser analisada pela Mesa Diretora, até porque a grande maioria dos Deputados se faz presente e eu acho que o tema não pode ficar envolvendo quatro, cinco nobres colegas só e os demais esperando.

Vamos seguir a pauta, por gentileza.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Presidente, só um esclarecimento. A emenda é minha; não é da bancada do PSOL, não é da oposição. A emenda é minha. Eu assumo a responsabilidade pela emenda...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Sem problema nenhum; é direito de V.Exa.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - V.Exa. estava afastado. A gente tentou fazer um acordo em plenário para não ter esse tipo de atuação...

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Até, Deputado Serafini, vou pegar carona numa primeira análise da questão colocada pelo Deputado Luiz Paulo, de elaboração de um projeto de lei para a gente poder discutir os projetos de resolução, as homenagens, e eles nem passaram mais em votação, porque é o melhor para a Casa.

Num primeiro momento, é algo, e eu estou falando na qualidade de Deputado e não de Presidente, que me agrada muito, porque, se um deputado quiser homenagear uma pessoa que sob a ótica do outro companheiro não merece juízo probatório, seja lá o que for, esse deputado pode ir às mídias e falar se a homenagem foi ou não mal construída.

Vou juntar nessa discussão a emenda de V.Exa. e também a apreciação da Mesa Diretora da questão de ordem e aprofundar esse tema com o Deputado Luiz Paulo para a gente chamar o Colégio de Líderes e os Deputados, numa reunião interna, deliberar sobre isso e acabar com essa discussão.

O respeito tem que ser natural. Nesta Casa a gente pode concordar, não concordar, discutir, mas sem falta de respeito, sem baixar o calão, claro, mas eu acho que homenagem é muito pessoal.

Então, Deputada Dani...

A SRA. DANI MONTEIRO - Sim, Presidente. Quero brevemente também deixar nítido para todos os Deputados o que está acontecendo. Primeiramente, o Plenário é soberano e, por isso, ele sempre avalia o mérito dos projetos.

Até fazendo um tipo de acordo com o nosso Presidente, talvez, não devamos nós, no plenário, avaliar o mérito da concessão de cada medalha, mas o elemento trazido pela líder da bancada do PT, Deputada Elika Takimoto, é uma demanda sobre o Regimento.

Há diversos tipos de premiação na Alerj. O Prêmio Construtor da Paz assim como o Diploma Heloneida Studart, da Comissão de Cultura; assim como o Diploma Paulo Freire, na Comissão de Educação, são anuais, ou seja, dependem de prévias inscrições. Depois o Presidente e a Mesa Diretora retiram uma Comissão julgadora e a partir de outubro, julga e avalia quem pode ser condecorado com o prêmio.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Conclua, Deputada.

A SRA. DANI MONTEIRO - É importante, Sr. Presidente, porque é um esclarecimento. É importante que todos se apropriem do Regimento para entender que aqui não há manobra, a solidificação dos critérios da Alerj.

Eu aqui como Deputada, como Presidenta - espero que eu possa também ter direito da minha fala - da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, quero sugerir uma pessoa que é do Exército e tem para nós extrema estima - a Deputada Renata já teve oportunidade de conversar -, foi Deputada desta Casa, a história da Deputada Alana Passos, que foi uma das primeiras mulheres paraquedistas do Exército. É essa história daqueles que se doaram para o nosso País e que queremos relembrar. É esse civismo que queremos resgatar.

Então, eu deixo aqui, enquanto presidenta da Comissão, o nome da ex-Deputada Alana Passos como alguém a ser homenageada pelo Prêmio Construtor da Paz.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Obrigado, Deputada Dani Monteiro.

Anuncia-se a Discussão Única, em Tramitação Ordinária:

PROJETO DE RESOLUÇÃO 954/2022, DE AUTORIA DA DEPUTADA RENATA SOUZA, QUE CONCEDE O PRÊMIO DANDARA À COMPOSITORA LIA DE ITAMARACÁ.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO ROSENVERG REIS.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Retirado de pauta a pedido da autora, Deputada Renata Souza. Aproveito o ensejo para cumprir a Vereadora Janilce, de São Gonçalo. Seja bem-vinda a esta Casa de Lei.

Anuncia-se a Discussão Única, em Tramitação Ordinária:

PROJETO DE RESOLUÇÃO 1612/2022, DE AUTORIA DA DEPUTADA TIA JU, QUE CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR RODRIGO AZAMBUJA MARTINS, DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO CHICO MACHADO.

O SR. PRESIDENTE (RODRIGO BACELLAR) - Em discussão a matéria.

A SRA. TIA JU - Para discutir.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Sr. Presidente, quero só pedir a autora a coautoria. Não costumo fazer isso, mas já tivemos algumas parcerias. O Dr. Azambuja é um parceiro de tantas lutas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, da educação. Deputada Tia Ju, parabéns pela iniciativa. Se V.Exa. abrir para coautoria eu já quero pedir. Acho que o Dr. Azambuja merece e V.Exa. aceita precisamente com essa homenagem. Parabéns.

A SRA. TIA JU - Obrigada, Deputado.

Presidente, vou ser breve para que possamos continuar a pauta.

Eu não podia deixar de comentar essa honraria ao Dr. Rodrigo Azambuja, que coordena as Varas da Infância.

Fui presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, durante quatro anos na minha primeira legislatura, em 2015. Tivemos ali acesso, conhecimento daqueles que defendem direitos de criança e de adolescente. Verifiquei que ele ainda não tinha recebido essa honraria. O Dr. Rodrigo Azambuja não só se coloca à disposição à frente dos trabalhos de crianças e adolescentes, mas sempre de tudo o que necessitamos com relação aos serviços ofertados pela Defensoria Pública.

Então, eu quero aqui franquear a coautoria para os nossos